

EM TEMPOS DE COLHEITA: UMA LEITURA DE *RAÍZES DO BRASIL* E DE SUAS INTERPRETAÇÕES

Angelo Gabriel Uehara ARDONDE¹

Katherine Peçanha Cavretti ZAGO

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Cesar Barbosa de Melo

RESUMO: Adotando como objeto de estudo a obra *Raízes do Brasil*, ao longo deste trabalho apresentaremos um panorama sobre a fortuna crítica que tem sido produzida em torno desse texto – e.g. as leituras de Antonio Candido (“O significado de *Raízes do Brasil*”, 1967; “Post-Scriptum”, 1986) e de Pedro Meira Monteiro (*A queda do aventureiro*, 1999). Assim guiados no interior de uma constelação de vozes, pretendemos nortear nosso trabalho em direção a um entendimento mais amplo acerca do contexto intelectual a que se articulavam as discussões desenvolvidas em *Raízes do Brasil*, bem como das releituras que posteriormente legitimaram essa obra como uma interpretação canônica da brasilidade. Preocupamo-nos em desenvolver uma leitura crítica, isto é, atentos ao princípio de que *Raízes do Brasil* é um texto aberto a nos proporcionar aspectos não apenas louváveis mas também criticáveis.

Palavras-chave: Teoria Literária; *Raízes do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda; Homem cordial; Antonio Candido.

1. RIZOLOGIA TEXTUAL: UM PANORAMA SOBRE A FORTUNA CRÍTICA DE *RAÍZES DO BRASIL*

Considerado o *magnum opus* de Sérgio Buarque de Holanda, o livro *Raízes do Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1936 e desde então representa não apenas um clássico à academia brasileira, mas uma obra que, nas palavras de Antonio Candido, já “nasceu clássica” (Candido apud Holanda, 2006, p. 236). Foi só a partir da segunda edição de 1948, no entanto, que seu texto passou por alterações mais marcantes, constituindo em grande parte o livro que lemos atualmente. De aspecto ensaístico, o conteúdo de *Raízes do Brasil* demonstra uma profunda erudição de seu autor, que faz uso de documentos históricos, obras literárias e referências a pensadores canonizados tanto nos estudos sobre a nacionalidade (e.g. Gilberto Freyre) quanto no conhecimento acadêmico ocidental (e.g. Max Weber). De modo geral, o texto se desenvolve através de pares de conceitos

1.A origem deste trabalho tem suas raízes nas disciplinas concomitantes TL186A e TL252A, ministradas pelo professor doutor Alfredo Cesar Barbosa de Melo, no 2º semestre de 2016, para a graduação do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL, Unicamp). Por isso, gostaríamos de agradecer a nossas amigas Isadora Santos Cardos o e Júlia Dias, que foram nossas companheiras de grupo durante a pesquisa nessa disciplina.

dicotômicos, tais como: países ibéricos e demais terras europeias; aventura e trabalho; meio rural e urbano; semeador e ladrilhador; família e Estado. O livro, contudo, não se esgota em suas dicotomias, mas parte delas para desenvolver e aprofundar suas reflexões sobre a brasilidade. Desse modo, a partir de uma análise sobre certos aspectos históricos e sociais do passado brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda busca desenterrar as raízes de um país que, mesmo em meio a modernizadora década de 30, só poderia ser interpretado em função de sua história.

Quando nos posicionamos fora do texto de Sérgio Buarque de Holanda, considerando as leituras posteriormente produzidas acerca dessa obra, o que percebemos de recorrente nas análises sobre *Raízes do Brasil*? E quais leitores possibilitaram o reconhecimento desse texto, tornando-o prestigiado como ele é hoje, de modo a legitimá-lo como uma interpretação canônica das raízes fundantes da sociedade brasileira e de um tipo nacional que lhe é próprio? Para o desenvolvimento dessas questões, nesta primeira seção do trabalho buscaremos apresentar um panorama sobre a fortuna crítica de *Raízes do Brasil*. Ao colhemos um acervo de interpretações que tem sido publicado dentro do universo acadêmico, consideramos tanto o prefácio de Antonio Candido à quinta edição da obra, intitulado “O significado de *Raízes do Brasil*” (1967), quanto leituras mais contemporâneas tais como os livros *A queda do Aventureiro* (1999), de Pedro Meira Monteiro, e *O exílio do homem cordial* (2004), de João Cezar de Castro Rocha. Em linhas gerais, as leituras que compõem essa bibliografia secundária convergem, em grande parte, para pontos mais ou menos comuns, seguindo as apreciações inicialmente semeadas por Candido em seu prefácio — com algumas das quais concordaremos e outras criticaremos.

Delineando um panorama histórico, Monteiro (1999) contextualiza a ruptura com o pensamento majoritariamente eurocêntrico — conduta irreverente característica da segunda fase modernista — como um estímulo para que a produção intelectual brasileira voltasse sua atenção ao passado nacional e à formulação de uma identidade que lhe seria própria. Com esse espírito modernizador, a primeira metade de século XX apresentou-nos “ensaios abrangentes e percucientes, verdadeiros ‘retratos do Brasil’, reveladores e instigantes” (Monteiro, 1999, p. 37). Escrito no florescer desse contexto, *Raízes do Brasil* também há de ser caracterizado em relação a seu gênero textual: o ensaio. Através da escrita ensaística, foi possível a Sérgio Buarque de Holanda o desenvolvimento de uma síntese histórica mais aberta à experimentação estética. Para Monteiro (1999), mais uma vez esse estilo reflete

uma postura inequivocamente modernista, expressa na busca de novas ferramentas (as novas conquistas) (...), [Sérgio Buarque de Holanda] foi buscar nos cronistas, nos viajantes, nos historiadores e ensaístas fontes para sua própria compreensão do passado (Monteiro, 1999, p. 40).

Em contrapartida, ao discorrer sobre esse aspecto formal de *Raízes do Brasil*, Leite (2007) desenvolve uma crítica ao gênero ensaístico por considerá-lo pouco preciso cientificamente. Nesse sentido, ele comenta como, não obstante a percepção perspicaz de Sérgio Buarque de Holanda sobre as transformações da vida social brasileira em seu percurso de formação histórica, o autor ainda permanece apegado a generalizações, mantendo -se “preso à ideia de características nacionais, de um passado que determina o presente” (Leite, 2007, p. 389). Ainda tratando de aspectos estruturais, há autores que ressaltam a influência do pensamento de Max Weber na construção das tipologias que arquitetam *Raízes do Brasil*. Essa influência é mais visível quando pensamos na figura do homem cordial, uma vez que o construto teórico weberiano coloca o sujeito no centro da cultura, atento às suas possibilidades de ação numa sociedade de crescente racionalização (Monteiro, 1999). Contudo, é preciso levar em consideração que o discurso intelectual desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda não se resume ao pensamento weberiano, mas essa é mais uma dentre outras leituras canônicas ao pensamento ocidental que o influenciaram.

Para uma pesquisa em fontes secundárias, não há como negarmos a importância de Antonio Candido — um Midas dentro da academia brasileira, que canoniza tudo em que toca — no percurso de legitimação de *Raízes do Brasil* como uma obra digna de reconhecimento. No prefácio “O significado de *Raízes do Brasil*”, publicado em 1967 na quinta edição da obra, Candido descreve como, ao lado de *Casa Grande & Senzala* (Gilberto Freyre) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (Caio Prado Jr.), o livro de Sérgio Buarque de Holanda causou “um impacto intelectual sobre os moços de entre 1933 e 1942” (Candido, 2006, p. 238). Tais obras constituíram o arcabouço teórico para um grupo de jovens intelectuais engajados com pautas da esquerda, entre os quais Candido se inclui. Na contramão desses, Candido ainda enfatiza como “os jovens de direita” (que ele reconhece como “nossos antagonistas”; “em geral integralistas”) olhavam com desconfiança para essa tríade de autores. Tais livros, nas palavras de Candido, expressavam uma “força revolucionária” e um “impacto libertador” (Candido, 2006, p. 236), constituindo o fundamento para compreendermos a história brasileira em seu processo de formação social. Dentre as questões levantadas por essas obras, Candido destaca:

a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica aos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas e a desmistificação da retórica liberal (Candido, 2006, p. 241).

No entanto, acreditamos que Candido por vezes omite a apresentação de evidências textuais ao apostar presumidamente na existência de um caráter radicalmente revolucionário em *Raízes do Brasil*. Nesse ponto, é fundamental salientarmos como as

reflexões desenvolvidas em *Raízes do Brasil* dizem respeito a transformações graduais pelas quais passava a sociedade brasileira, ou seja, sem rupturas abruptas e tampouco abandonando seus hábitos e formas de pensamento aos quais somos e sempre fomos tradicionalmente arraigados. Defendemos essa interpretação em evidências textuais é fundamental, pois assim sustentamos nossa contraposição à leitura proposta por Antonio Candido, na qual: “há meio século, Sérgio deixou claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar do seu destino” (Candido, 2006, p. 252). Para o reconhecido intérprete de *Raízes do Brasil* — que, por ser quem é, poucas vezes é colocado em dúvida — Sérgio Buarque de Holanda seria “um coerente radical democrático”, cujas reflexões teriam constituído “uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador” (ibidem, p. 252). Acreditamos, no entanto, que essa leitura se equivoca ao insistir na busca de rupturas e sentidos revolucionários no conceito de “revolução” presente no último capítulo de *Raízes do Brasil* — pois esse processo de transformação, tal como descrito por Sérgio Buarque de Holanda, diz respeito mais a um progressismo moderado que a uma revolução de fato revolucionária:

se o processo revolucionário a que vamos assistindo (...) tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar (...). A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos (Holanda, 2006, p. 198–199).

Por fim, tratemos do homem cordial. A cordialidade é um conceito sobre o qual os intérpretes de *Raízes do Brasil* têm se debruçado mais recorrentemente, propondo interpretações e releituras que ora se complementam, ora se chocam em desacordo. Quanto a este tema, ainda no prefácio de Candido uma ênfase é dada à leitura de que a cordialidade, tal como é descrita no quinto capítulo de *Raízes do Brasil*, não pressupõe bondade e tampouco relações profundas de afeto sincero, mas apenas o predomínio de manifestações externas de aparência afetiva (Candido, 2006, p. 245). Nesse sentido, formado historicamente dentro de uma estrutura familiar patriarcal e sob forte influência dela, o homem cordial sente-se avesso a ritualismos de polidez e a relações de impessoalidade — sendo que ambos idealmente caracterizariam as políticas de Estado — o que o leva a reduzi-las a relações afetivas e pessoais. Demais autores posteriormente se filiaram a essa interpretação da cordialidade com pequenas variações de sentido ou complementando-a, pois o forte da leitura proposta por Candido está na contestação de uma interpretação, vezes presente no senso comum, de que a ideia do homem cordial diria respeito a receptibilidade amigável e ao coração aberto do brasileiro em suas formas de relação social.

Essa última compreensão equivocada da cordialidade fora inicialmente proposta por Cassiano Ricardo, já em 1948, com o texto “Variações sobre o ‘homem cordial’”. Ricardo defende a interpretação da cordialidade como uma característica positiva ao brasileiro, pois seria ela a expressão de um comportamento bondoso e amigável, responsável por nossas formas próprias de combate ao “individualismo burguês que tem feito a infelicidade de tantos povos” (Ricardo, 2006, p. 379). Nessa visão sobre cordialidade, Ricardo afirma que

a seiva que a alimenta é essa bondade original, que o mundo ainda não conhecia. Violências, ditaduras e quejandas invenções da força são flores rubras que não vicejam, absolutamente, em nosso clima moral (Ricardo, 2006, p. 384).

O texto de Cassiano Ricardo fora publicado em julho de 1948 na revista *Colégio n. 2* (São Paulo). Em setembro do mesmo ano, na edição seguinte dessa revista acadêmica, Sérgio Buarque de Holanda publicou como resposta um texto intitulado “Carta a Cassiano Ricardo”, expondo brevemente sua discordância quanto à defesa de uma “bondade original” tipicamente brasileira. Holanda comenta que, apesar de não crer em qualquer tipo de bondade fundamental à mentalidade brasileira, qualquer discussão em torno deste tópico seria forçosamente subjetiva e não o levaria a qualquer tipo de conclusão plausível (Holanda, 2006, p. 395).

Outra questão frequentemente levantada pelas leituras em torno do homem cordial diz respeito à sua permanência ou desaparecimento em décadas futuras, em meio aos processos de rápida urbanização e modernização pelos quais a sociedade brasileira passava durante a década de 1940, quando a segunda edição de *Raízes do Brasil* fora publicada, um período historicamente marcado pelo ideário nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Há autores que defendem como Sérgio Buarque de Holanda considerava a cordialidade e uma mentalidade do passado e que, com a vinda da modernidade, ela seria irrevogavelmente superada por novas condições de vida (Leite, 2007, p. 412). Monteiro também sustenta essa interpretação, no sentido em que “a cordialidade, se já não acabou de todo, parece realmente fadada ao fim” (Monteiro, 1999, p. 292). Em contrapartida, outros intérpretes preferem se inscrever nessa discussão apontando para um sentido contrário a esse desaparecimento, posto a constatação de expressões da cordialidade nas formas atuais de organização social (Rocha, 2004, p. 27), como um sintoma remanescente de nossa herança rural (ibidem, p. 64). Em uma leitura mais recente, Alfredo Cesar Melo argumenta que Sérgio Buarque de Holanda aposta na ambivalência ao desenvolver a questão sobre o futuro do homem cordial, deixando transparecer que “parte da cordialidade permanecerá intata e outra será extinta” (Melo, 2016, p. 452), seguindo a cadência das transformações na sociedade brasileira em seu ritmo próprio.

2. O BRASIL VISTO A PARTIR DE DENTRO: O CONTEXTO INTELECTUAL DA ÉPOCA

Pensar a literatura significa, sob certa perspectiva, pensar em suas instâncias de produção, circulação e legitimação. Para entendermos a retórica de *Raízes do Brasil*, nesse sentido, consideramos necessário delimitar um recorte temporal adequado, levando em conta o contexto intelectual e os discursos que mais vigoravam em seu tempo. Nesta segunda seção do trabalho pretendemos desenvolver a seguinte questão: de que modo as reflexões sobre a nacionalidade, tal como estão presentes em *Raízes do Brasil*, se articulavam aos demais discursos intelectuais e interpretações do Brasil que circulavam à sua época?

A primeira edição de *Raízes do Brasil* fora publicada em 1936, momento cultural historicamente caracterizado pela segunda geração modernista, cujas discussões influenciaram de forma considerável na composição estrutural e temática dessa obra. Tal segunda geração é conhecida menos pela iconoclasta da geração anterior e mais pela dedicação a tentativas de compreensão da identidade nacional, distanciando-se dos discursos “bacharelísticos” até então vigentes (Monteiro, 1999) — discursos acadêmicos excessivos em alegorias e distantes da realidade da maioria dos brasileiros. A segunda geração modernista caracterizava-se, nesse sentido, por um engajamento político e pela preocupação em dialogar com questões sociais e históricas referentes à formação brasileira. No prefácio “O significado de Raízes do Brasil”, Antonio Candido enfatiza a esse contexto cultural seu “sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (Candido, 2006, p. 235–236). Ao longo desse período, a intelectualidade brasileira dedicou-se à elaboração de interpretações do Brasil sob um viés político-social, visando compreender o organismo nacional presente em função das raízes cultivadas em sua história. Nesse sentido, o debate intelectual da época girava em torno da

ideia de definir o que é o Brasil, o que é o brasileiro; é a busca da identidade nacional. O que muda em 30, nos três principais autores da época sobre o assunto em questão (*Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.*) é que o Brasil começa a ser visto a partir de dentro — e por dentro (Novais, 2007, p. 01).

Ao considerar temas como a mestiçagem e a questão racial, diversas linhas de articulação podem ser traçadas entre Sérgio Buarque de Holanda e outros autores nacionais filiados a uma tradição intelectual progressista. Por um lado, muito já se notou a influência do pensamento de Gilberto Freyre em *Raízes do Brasil*. Em especial, essa aproximação transparece mais em trechos do segundo capítulo, “Trabalho e aventura”, em que se descreve como herança de nossos colonizadores portugueses — esse “povo de

mestiços” — uma “face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça” (Holanda, 2006, p. 45). Ao relacionar a miscigenação às nossas raízes portuguesas, tal concepção já havia sido elaborada, em um primeiro momento, na obra *Casa grande & senzala*, quando as relações de “cruzamento e miscigenação” são caracterizadas como uma “tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu” (Freyre, 2003, p.265). Como herança dessa formação social e histórica, o Brasil passaria a apresentar “uma tendência da população para um abandono de todas as barreiras sociais, políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, livres e escravos” (Holanda, 2006, p. 48).

Aos olhos da atualidade tal afirmação pode ser lida, com razão, como problemática, já que ela abre a possibilidade para a defesa da existência de uma democracia racial em nossa estrutura social. Em seu contexto de época, no entanto, tal pensamento freyriano fora importante para estabelecer um contraponto a outros autores que discursavam na total contramão de uma falta de orgulho racial à brasilidade, advogando por ideias abertamente racistas. Alguns destes foram canonizados como representantes da intelectualidade nacional, dentre os quais podemos considerar Monteiro Lobato como exemplo mais radical: um autor polêmico por defender discursos explicitamente eugênicos, valorizando o embranquecimento e a europeização como modelos fundamentais para a modernização do país. Para esses autores, o orgulho racial branco e europeu é enaltecido ao mesmo tempo em que a mestiçagem é combatida como um dos obstáculos à nossa modernização. Em correspondências datadas de 1928, Lobato afirma que “um dia se fará justiça ao Ku Klux Klan; tivéssemos uma defesa dessa ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos livres da peste da imprensa carioca — mulatinho fazendo o jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva” (Nigri, 2011, p.26). E, como se tal afeição eugenista já não estivesse explícita demais, Lobato complementa defendendo que “país de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é país perdido para altos destinos” (ibidem, p. 28).

3. AS RAÍZES DE ONTEM E OS FRUTOS DE HOJE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última seção, apresentaremos algumas considerações sobre a atualidade das discussões presentes em *Raízes do Brasil*. Dessa forma, pretendemos analisar não apenas o texto em si e em outras leituras produzidas em relação a ele, mas especialmente a presença de seus ecos em discursos que, no atual e conturbado contexto nacional, são construídos e reproduzidos em relação à brasilidade. Por exemplo, podemos facilmente notar uma

forte presença da herança rural no cenário político contemporâneo, o que se mostra personificado nos deputados e senadores que — em defesa de seus próprios interesses e privilégios herdados desde tempos coloniais — compõem a então chamada “bancada do agronegócio” no Congresso Nacional. Sérgio Buarque de Holanda já analisava as raízes desse forte domínio agrário na política brasileira, recordando como eram “comuns em nossa história colonial as queixas dos comerciantes, habitantes das cidades, contra o monopólio das poderosas câmaras municipais pelos lavradores” (Holanda, 2006, p. 89). O discurso progressista desenvolvido em *Raízes do Brasil* retrata a sociedade colonial toda estruturada em termos rurais, compondo uma forma de organização fortemente presente como um dos principais entraves para a modernização do país.

Ainda, as discussões desenvolvidas em *Raízes do Brasil* mostram-se produtivas para pensarmos um acontecimento marcante na história nacional contemporânea: quando, no dia 16 de abril de 2016, assistimos à votação televisionada da abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Após se declararem favoráveis ou contrários à abertura do processo, uma grande parte dos deputados votantes aproveitou o momento de justificativa dos votos para homenagear em rede nacional seus filhos, sua família, seu município, seu estado e seu Deus. Para retratar a dimensão desses discursos marcados pelos pronomes possessivos *meu/minha*, segundo um estudo estatístico elaborado por Carneiro e Prandi (2018) 62,8% dos 511 deputados votantes justificaram suas decisões em nome de sua base eleitoral, empregando expressões indicadoras como: “por minha cidade, meu estado, minha região, pelo povo de minha cidade”; já 26,6% deles as declararam em nome do círculo familiar, empregando expressões indicadoras como: “por minha família, por meu pai, minha mãe, meu(s) irmão(s), meu(s) filho(s) e filha(s), meu(s) neto(s)”. Podemos ler o espetáculo dos discursos possessivos nesse show televisionado como um sintoma da atualidade dos debates presentes em *Raízes do Brasil*, no sentido em que ele encarna uma antiga compreensão particularista da política, fortemente criticada por Sérgio Buarque de Holanda:

o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição (...). Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo faz-se cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e respeitável, ante as leis da Cidade (Holanda, 2006, p. 153).

Para Sérgio Buarque de Holanda, essa cordialidade na política representaria mais um dos principais entraves para a modernização do país. Já no capítulo “Nossa revolução”, Holanda descreve como o Brasil passaria por uma transição do agrário e do cordial para a modernidade através não de uma ruptura, mas de uma forma particular de transformação lenta e gradual. Assim, o discurso desenvolvido por Sérgio Buarque de

Holanda tem um caráter progressista moderado, descrevendo mudanças lentas, graduais e planejadas no âmbito da política. Desse modo, o próprio título do capítulo é contraditório, já que o processo descrito nele não trata bem de uma revolução, mas sim de uma reforma moderada. Essa permanência de modelos tão antigos pode ser explicada pelo ritmo lento e gradual de nossas transformações estruturais, sendo “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional” (Holanda, 2006, p. 187). Tal análise não poderia estar mais certa se, para exemplificar, levarmos em consideração quando o general Geisel assumiu a presidência em 1974 e discursou pela adoção de um programa de abertura política “lenta, gradual e segura” (Lemos, 2002, p. 293).

Diante desses e dos demais exemplos com os quais diariamente nos deparamos no desenrolar do cenário político após o golpe parlamentar de 2016, não há como negarmos a atualidade de *Raízes do Brasil* como uma interpretação paradigmática sobre a nacionalidade. No entanto, sempre é importante lermos tais obras a partir de um olhar crítico, isto é, como uma leitura aberta a nos proporcionar aspectos não apenas louváveis mas também criticáveis. Nesse sentido — mesmo que muitos críticos cuidadosamente optem por não tocar nessas feridas — é interessante observarmos como certos ângulos do discurso elaborado em *Raízes do Brasil* são limitados e excludentes. Pois, ao mesmo tempo em que as raízes ibéricas percorrem toda a obra de forma dominante, outras raízes como as indígenas e as africanas pouco são colocadas em destaque e, quando aparecem, são descritas como uma deformação da ideal raiz ibérica. Esse ofuscamento transparece, por exemplo, nos trechos que tratam de forma depreciativa a herança africana como uma “moral das senzalas” portadora de uma “suavidade dengosa e açucarada”, “narcotizante de qualquer energia realmente produtiva” (Holanda, 2006, p. 62); ou quando aborda a herança indígena do descaso pela terra como “os rudes processos dos indígenas, ditados pela lei do mínimo esforço” (ibidem, p. 44). Nesses pequenos exemplos, logo notamos como o autor trata de forma pejorativa o que tais etnias significaram e ainda significam para o país — tanto para a nação em sua época quanto para seu processo de formação histórica — e, nesse movimento, opta por recalca-las sob a dominância das raízes de tradição ibérica.

Ao nos aprofundarmos nessa questão, podemos indagar: Sérgio Buarque de Holanda refere-se a qual Brasil em sua obra? Se, para o autor, as raízes ibéricas são as que mais prevalecem naquilo que o brasileiro herdou de seu passado, quem nesse discurso é considerado como povo brasileiro? Pensando em questões como essas, ao lermos sua obra fica claro que Holanda enuncia-se em uma determinada posição: ele fala a partir de uma elite intelectual que, formada de acordo com ideais europeus, buscou de diferentes formas elaborar uma imagem que bem representasse a brasilidade, legitimando um sentido ao

passado e ao presente do país. Ademais, Sérgio Buarque de Holanda não somente fala *a partir* de uma elite, mas *para* uma elite. É o que podemos depreender do título do último capítulo de *Raízes do Brasil*: “Nossa revolução”. A quem se refere esse pronome “nossa”? Parece-nos que a primeira do plural que o autor traz no título se refere, justamente, ao seu próprio local de fala, ou seja, a uma parcela bastante específica dos brasileiros: uma elite branca, masculina, letrada e cultivadora de uma tradição intelectual europeia.

Devemos ponderar, no entanto, ressaltando que o posicionamento que assim transparece no discurso desenvolvido em *Raízes do Brasil* está inserido em um sistema de debates intelectuais próprios a sua época: somente uma análise excludente da forma como ela é (elaborada por alguém que ocupasse um local de fala privilegiado como o de Sérgio Buarque de Holanda) poderia ser reconhecida, em sua época, como uma interpretação legítima do país. Atualmente, no entanto, devemos considerar imprescindível redescobrir a importância do passado indígena e africano em nossa formação histórica e atual enquanto sociedade; assim como, enquanto classe intelectual, devemos tomar como dever ler sempre com um olhar crítico, a partir de um certo distanciamento, quaisquer discursos de cunho progressista que pregam a necessidade de uma modernização do país. Ao longo da primeira metade do século XX, diversos sentidos para a modernização do Brasil foram elaborados tanto por Sérgio Buarque de Holanda quanto por outros intelectuais da época — Gilberto Freyre, Paulo Prado, Caio Prado Jr. — e eles ainda hoje fazem parte do arcabouço teórica e retórico de alguns segmentos da esquerda. Para esses autores, haveria no Brasil diversas formas de atrasos que deveriam ser superadas para que o país pudesse finalmente entrar na modernidade. Contudo, pensar que o Brasil só será moderno o suficiente quando se aproximar de valores predominantemente europeus significa desconsiderar as nuances latino-americanas, colonizadas e escravocratas que fazem parte da construção particular de nossa história.

Por fim, ressaltemos que, mesmo tendo completando 80 anos em 2016, *Raízes do Brasil* propõe formas de entendimento sobre a nacionalidade que ainda ecoam como fomentadores de reflexões para dilemas de nossa história atual. O personalismo, a falta de coesão na vida social, a ditadura dos domínios agrários, a cordialidade e uma forma mal-entendida de democracia: se essas são as raízes que foram cultivadas em terras brasileiras ao longo de séculos de colonização, não surpreende estarmos atualmente colhendo os frutos que brotaram dessa história.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, A. (2006[1967]). “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. pp. 235–251.

- CANDIDO. (2006[1986]). “Post-Scriptum”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. pp. 251–253.
- CARNEIRO, J. L.; PRANDI, R. (2018). "Em nome do pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff" In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 33, n° 96, 2018.
- FREYRE, G. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 48° ed.
- HOLANDA, S. B. (2006[1948]). “Carta a Cassiano Ricardo”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. pp. 393–397.
- HOLANDA, S. B. (2006[1936]). *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006. LEITE, D. M. (2007[1969]). O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 7. ed. rev. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- LEMOES, R. (2002). “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. Topoi, Rio de Janeiro, n° 5. MELO, A. C. (2016). “Mudanças em ritmo próprio”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. pp. 449–455.
- MONTEIRO, P. M. (1999). *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP; São Paulo, SP: Editora da Unicamp: FAPESP.
- NIGRI, A. (2011). “Lobato e o racismo”. Revista Bravo, edição de maio de 2011.
- NOVAIS, F. (2007). “As raízes e seus frutos”. In: [revistadehistoria.com.br/secao/capa/as- raizes-e-seus-frutos](http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/as-raizes-e-seus- frutos) (acessado em nov. de 2016).
- RICARDO, C. (2006[1948]). “Variações sobre o ‘homem cordial’”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. pp. 365–393.
- ROCHA, J. C. C. (1998). *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- ROCHA. (2004). *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República.